

A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora¹ ***JOURNALISTIC OBJECTIVITY HAS RACE AND GENDER: subjectivity as a decolonizing strategy***

Fabiana Moraes²

Marcia Veiga da Silva³

Resumo: Neste artigo propomos uma discussão sobre como a noção de objetividade jornalística prevalente se constitui a partir das estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno. Através dos estudos decoloniais e feministas, entendemos que a reprodução das ideologias, como a do machismo, e do racismo, no jornalismo se dá informada por uma racionalidade colonizadora limitante para a compreensão da alteridade. Tal racionalidade tem em seu cerne a noção de objetividade permeada pelo ideário falacioso da neutralidade e impregnada por valores sociais dominantes. Para essa discussão, trazemos alguns exemplos do quanto essa condição de pensamento incide nos valores-notícia e é partícipe do processo de desumanização de parcelas expressivas da população, relegando-as às margens não apenas do jornalismo, mas das sociedades das quais são parte. Sugerimos que uma prática jornalística que preveja a subjetividade pode ser uma ferramenta para a descolonização do Jornalismo.

Palavras-Chave: Objetividade jornalística. Subjetividade. Epistemologia.

Abstract: In this article we present a discussion about how the prevalent notion of journalistic objectivity is constituted by the epistemic structures of the capitalist, patriarchal, western, modern world-system. Through decolonial and feminist studies, we understand that the reproduction of ideologies, such as sexism and racism, in journalism are informed by a colonizing rationality that limits the understanding of otherness. Such rationality has the notion of objectivity at its core permeated by the fallacious ideology of neutrality and impregnated by dominant social values. For this discussion, we bring some examples of how this condition of thought affects news values and participates in the dehumanization process of expressive portions of the population, relegating them to the margins not only of journalism, but of the societies to which they belong. We suggest that a journalistic practice that predicts subjectivity can be a tool for the decolonization of Journalism.

Keywords: Journalistic objectivity. Subjectivity. Epistemology.

1. Introdução

Ao estabelecer seu cânone maior na objetividade, no “apenas relatar os fatos”, o campo do jornalismo, que a princípio surgiu para iluminar áreas obscuras para a sociedade,

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019

2 Jornalista, professora e pesquisadora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Sociologia (PPGS/UFPE). fabimoraes@gmail.com

3 Jornalista, professora colaboradora e bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFGS) marciaveiga2005@gmail.com

eximiu-se de trazer, de maneira consistente e complexa, problemáticas relativas a parcelas gigantescas da sociedade. As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo. Mas como os fios condutores da objetividade, esta baseada na neutralidade, na clareza, na não contaminação, realizaram essa operação cujas consequências sociais são avassaladoras? Parte da resposta está na estrutura epistemológica que delineia não somente o jornalismo, mas a própria sociedade: a racionalidade moderna, preconizada no iluminismo e pelo positivismo.

Servindo como uma das bases do jornalismo, esta racionalidade delineou as noções de verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno. Uma racionalidade cujas bases igualmente repousam no “racismo/machismo epistêmico” forjado na colonização do pensamento ocidental (GROSFUGUEL, 2016). Tal perspectiva já foi trabalhada por autores de campos diversos, como Didi-Huberman (2015), na filosofia, Kilomba (2016), nas artes, e Veiga da Silva (2015), no próprio jornalismo. É um recorte que também sedimentou estudos e análises hoje vistos como impensáveis, a exemplo de teorias científicas que afirmavam a inferioridade de negros e das mulheres.

Neste artigo, discutimos o quanto as bases epistemológicas sob as quais a noção dominante de objetividade jornalística se assenta têm servido como um dispositivo restritivo nas lentes de leitura da realidade na prática jornalística. O conhecimento social produzido pelo jornalismo (GENRO FILHO, 1987) dá pistas de que as condições de pensamento sob as quais opera, fundadas no ideário de uma objetividade baseada na neutralidade e na noção de sujeito universal (o homem, branco, heterossexual, ocidental) contribuem para a manutenção dos sistemas classificatórios (HALL, 1995) que transformam diferenças em desigualdades. A partir dos estudos decoloniais e feministas e de um olhar sobre a teoria do jornalismo, propomos uma discussão sobre como a noção dominante de objetividade jornalística se constitui a partir das estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista. Entendemos que a reprodução das ideologias do machismo e do racismo nos conhecimentos produzidos pelo jornalismo vem sendo sustentada por uma racionalidade que historicamente delineia uma

condição mais conservadora no encontro com alteridades, resultando na reprodução de estereótipos e preconceitos. Trazemos para a discussão alguns exemplos do quanto o jornalismo ainda opera simbolicamente nas tramas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) que historicamente retirou a condição de humanidade e relegou às margens parcelas gigantescas das populações, muito especialmente as mulheres, os negros, os indígenas – considerados o Outro do sujeito universal. Sugerimos uma virada epistemológica em que a prática jornalística preveja a subjetividade como uma ferramenta para a descolonização dos conhecimentos do Jornalismo.

2. A noção de objetividade e a colonização do saber jornalístico

Refletir sobre os aspectos da noção de objetividade jornalística dominante e suas relações com a prevalência do machismo e do racismo nas estruturas de produção do conhecimento jornalístico nos convida a uma discussão sobre as condições de poder e de saber (FOUCAULT, 2012) aos quais o jornalismo está intrinsecamente relacionado, e sob as quais se estruturam suas condições epistemológicas como discurso de verdade. Damos início a essa discussão apontando alguns elementos que dão pistas de que o jornalismo se constitui como uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992) com alto teor de verdade por possuir algumas proximidades com o conhecimento produzido pelo chamado cientificismo (VEIGA DA SILVA, 2015). Não apenas o jornalismo começa a se estruturar como um discurso de atualidade no mesmo século XIX, quando “Augusto Comte vocalizou as linhas mestras do cientificismo, [como acabou não ficando] imune aos princípios doutrinários do positivismo” (MEDINA, 2008, p. 24). Mais do que isso, parece ter se tornado caudatário desse sistema de pensamento.

A influência de uma “epistemologia positivista” (SILVINO, 2007) nos modos de produzir o conhecimento jornalístico dá conta de suas intrínsecas relações com o método científico de Descartes, segundo o qual “os homens (sic) poderiam, doravante, seguir os passos seguros de uma sabedoria teórica e prática” (MEDINA, 2008, p.36). Para alguns autores, como Medina (1996; 2008) e Grosfoguel (2010), Descartes inaugura o mito do sujeito que pensa desde o olho de Deus, e seria a partir de suas concepções de ciência e de verdade que a epistemologia dominante se constituiu e atuou na colonização do pensamento como uma “ego-política do conhecimento que coloca o homem europeu [branco, ocidental, heterossexual] onde antes se colocaria Deus” (GROSFOGUEL, 2010, p. 19). Pela vertente

decolonial,

o privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

O método científico contribuiu para a construção do paradigma moderno, “uma estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo” (FOUREZ, 1995, p. 103), que até hoje permeia o imaginário sobre o conhecimento concebido como verdadeiro. Suas origens no século XVII possuem relações com uma organização social em ascensão – a burguesia – que teria influenciado inclusive as formas de escrita e comunicação que se estabeleceram a partir de então:

O segredo do método científico teria suas raízes, portanto, nessa tradição burguesa e na comunicação. A cultura burguesa teria inventado representações mentais que qualquer um pode isolar, interiorizar e por vezes até comunicar, sem compreender, enquanto as outras culturas pressupõem sempre, a fim de permitir a comunicação, o partilhamento total do mesmo meio. Daí o vínculo existente entre a emergência da ciência moderna e os modernos métodos de escrita ou de leitura (FOUREZ, 1995, p. 161).

Não por acaso, a maneira “pela qual o paradigma é estruturado hoje possui consequências sociais, [pois um paradigma] veicula uma série de escolhas de prioridade. [E] escolhas políticas e econômicas decorrem dessas prioridades” (FOUREZ, 1995, p. 114-115). Para este filósofo da ciência, “os paradigmas são instrumentos intelectuais poderosos no domínio do mundo” (FOUREZ, 1995, p. 128), relacionados diretamente às convenções sociais - e formas de enxergar a realidade - e estabelecem “hoje um vínculo entre a linguagem do cotidiano e os conceitos científicos” (FOUREZ, 1995, p. 133). Nestes vínculos, o jornalismo é partícipe, atuando como um mediador e também sendo por eles perpassado, adquirindo conhecimentos através dos conceitos e características similares às da ciência, especialmente em alguns métodos e epistemologias hegemônicas para a validação de uma “verdade objetiva”. Entre as características comuns está o fato de que “Ciência e Jornalismo são formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade capitalista” (MEDITSCH, 1992, p.54).

Seria, então, a partir de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista (GROSFOGUEL, 2012) e de uma epistemologia colonialista que se estabeleceriam as balizas dos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade. Entre essas, destacam-se a objetividade, a neutralidade e a universalidade, bases do cientificismo e também dos métodos norteadores do fazer jornalístico. As marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social. Ainda situado numa racionalidade que simplifica muito mais do que complexifica as formas como a realidade é concebida, o conhecimento produzido pelo jornalismo pode ser pensado em analogia aos modos de produção do conhecimento científico, não apenas compreendido de forma cartesiana-positivista, como também masculinista, como se pode ver:

[...] a crítica feminista tem argumentado que a Ciência Moderna desenvolveu-se a partir de uma estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais (KELLER, 1996, p. 2-3). Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada em uma lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc. (p. 95). Para as feministas o ponto chave é que essas dicotomias se constroem, por analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, entre outros, que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados como “masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como “feminino” (LLOYD, 1996). (SARDENBERG, 2002, p. 96).

Os vieses iluministas, nascidos com a modernidade, seguem sendo basilares nos modos de produção do conhecimento científico e, em alguma medida, no conhecimento produzido pelo jornalismo. Entre as crenças provenientes do Iluminismo que até hoje se articulam aos modos de produção do saber estão pressupostos como:

A existência de **um sujeito (eu) estável e coerente** baseado em uma racionalidade que percebe claramente a si próprio e aos fenômenos da natureza; a visão da **razão** e da ciência como se estas pudessem fornecer um **fundamento objetivo, seguro e universal para o conhecimento**; a ideia de que **o conhecimento obtido através do uso da razão será sempre verdadeiro e representará algo como real e imutável (universal) sobre nossas mentes e/ou a estrutura do mundo natural**; a noção de que **a razão humana tem qualidades universais e transcendentais**, pois ela existe de forma não contingente, independente de experiências corporais, históricas e sociais; o conhecimento seria atemporal nessa perspectiva; [...] **a verdade pode**

servir ao poder sem distorção e o conhecimento pode ser neutro e socialmente benéfico quando fundado na razão universal e não em interesses particulares; a **ciência é o paradigma de todo conhecimento verdadeiro, é neutra nos métodos e conteúdos e benéfica nos seus resultados**, se os cientistas **seguirem as regras da razão** em vez de interesses que estejam fora do discurso racional; e **a linguagem é transparente**, pois é meramente o meio no qual e através do qual tal representação ocorre [...] o que faz com que os objetos não sejam linguisticamente (ou socialmente) construídos, eles são meramente trazidos à consciência pela nomeação e pelo uso correto da linguagem (MACEDO, 2011, p. 36-37, grifos nossos).

Os pressupostos iluministas acabam por restringir a inteligibilidade dos sujeitos e experiências humanas diversas do “Homem universal” em pleno século XXI. Seguem informando as normas de produção dominantes do conhecimento do jornalismo, se observarmos ambos em paridade.

A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento [...] (GROSFUGUEL, 2016, p. 30).

Refletindo em analogia sobre os impactos dos pressupostos moderno-iluministas, tanto na Ciência quanto no Jornalismo, percebe-se que estas ideologias para a produção do conhecimento são permeadas de valores políticos, econômicos e culturais hegemônicos legitimados pelo paradigma moderno e resultam na manutenção do *status quo* em ambas as instâncias, em conformidade com o que nos diz a pesquisadora feminista Márcia Macedo:

as promessas da modernidade ecoadas pelo Iluminismo se materializaram apenas parcialmente, pois aquele projeto, pretensamente em construção, estava, prioritariamente, submetido a uma orquestração sintonizada com a manutenção do *status quo*, isto é, através da perpetuação da lógica da acumulação capitalista, dos interesses das nações hegemônicas no contexto da geopolítica mundial e do sexo [e da raça] historicamente dominante em uma sociedade eminentemente androcêntrica (MACEDO, 2011, p. 34-35).

A perspectiva feminista, tanto “como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 1997, p. 48), é considerada um dos “cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia (a segunda metade do século XX), [...] e cujo maior efeito, argumenta-se, foi o descentramento final do sujeito cartesiano” (HALL, 1997, p. 37). Assim, “as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas” (RAGO, 1998, p.

06). As estruturas pelas quais a ciência moderna se desenvolveu são questionadas por essa vertente crítica, muito especialmente as noções de objetividade:

as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. Este questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, tida como o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno (RAGO, 1998, sem paginação).

As contribuições do pensamento feminista, bem como das vertentes decoloniais, que compartilham de uma epistemologia da alteridade (PELUCIO, 2012) e de uma política da diferença (MISKOLCI, 2012), trazem novos vieses para refletir sobre a produção discursiva da diferença, feita através de processos linguísticos de significação em redes de poder-saber. Insurgem-se como formas de resistência, contrárias aos modos de produção de conhecimento que consideram geocentros e consolidados “a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção do saber” (PELUCIO, 2012, p. 399). Ajudam a complexificar as noções de diferença, pensando nas interseccionalidades entre os diferentes marcadores e suas implicações nas formas de assujeitamento normativo e das hierarquias de poder produzidos por regimes de verdade em que a produção de conhecimentos é chave. Tais perspectivas colocam no cerne de suas críticas os valores hegemônicos que não apenas são reproduzidos, mas fundamentam a epistemologia dominante e os modos de produção do conhecimento validado (como o Jornalismo), contribuindo para a constituição das regras que estabelecem as hierarquias sociais. Consideram que, se

as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas sociais não somente “fabricam” os sujeitos como também são, elas próprias produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. De certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe, raça (LOURO, 1997, p 25).

Em Hegel e o Haiti, Susan Buck-Morss (2017) nos oferece um excelente resumo de como estas construções de uma ideia de Outro e a posterior negação deste nos espaços legítimos de fala pode ser observada na obra filosófica do pai iluminismo, Jean-Jacques Rousseau, entre outros pensadores. Rousseau, que no Contrato Social afirmava que nenhuma condição humana era mais ofensiva ao coração ou à alma do que a escravidão, reprimiu da

consciência, observa Buck-Morss, os milhões de escravos naquele momento sendo comercializados pelos senhores europeus. Também focando na questão racial, Andrade (2017), sublinhando a costura entre iluminismo e positivismo (com este se baseando no primeiro para validar seu discurso) e, conseqüentemente, a objetividade, realiza uma análise urgente sobre a razão que nos foi e é ainda oferecida como caminho único do estar no mundo – e percebê-lo. É extremamente interessante observar, em seu artigo, como as validações tidas como universais e racionais propagadas pela filosofia são esteios tão caros ao jornalismo: na razão construída por Hegel, Kant, Tocqueville, Rousseau e outros (atenção aqui não só ao recorte de cor, mas o de gênero), são pedras preciosas a “impessoalidade (indiferença às condições históricas nas quais se encontra a pessoa responsável pelo discurso filosófico) e a objetividade (validade *per se*), que marcam a razão na modernidade” (ANDRADE, 2017, p. 301).

Tanto a impessoalidade quanto a objetividade, sabemos, são há tempos questionadas pela própria teoria do jornalismo, sendo, porém, invocadas constantemente na prática profissional – hoje com ainda mais força, dentro de um contexto de verificação de dados fortemente instigado pelo que se convencionou a chamar de *fake news*. Com o alcance das luzes chegando até as fronteiras de um continente, essa racionalidade desenhada com uma noção específica do que é civilidade, escreve o autor, serviu para ratificar estereótipos porque eclipsam a opinião dos que são estereotipados. “Incorporando a razão em seu discurso, os iluministas fizeram do que não é o espelho da Europa a imagem do atraso, do desumano, que precisaria, na melhor das hipóteses, ser conduzido (adestrado) para se adequar ao modelo europeu” (ANDRADE, 2017, p.294). Ele ainda escreve:

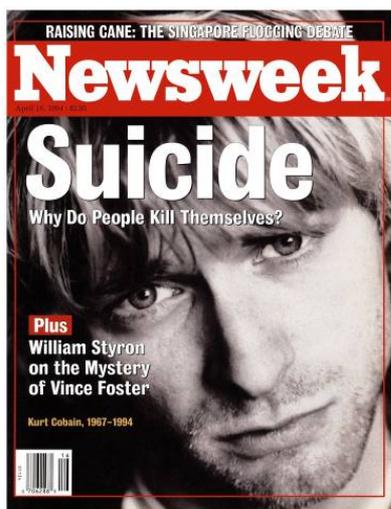
Acredito que essa compreensão da razão autorizou o discurso iluminista, nos seus diferentes e variados matizes e que se estende, no presente texto, para críticos do iluminismo como Hegel, a estabelecer uma estrutura de hierarquia dos povos e, por conseguinte, a subsidiar um discurso de natureza racista, o qual se caracteriza, por um lado, pela homogeneização de diferentes culturas africanas e, por outro, pela associação do negro aos predicados normalmente usados para designar propriedades de animais e que demonstrariam a sua inaptidão essencial (biológica) para as tarefas ditas do espírito, como o Estado e a filosofia (ANDRADE, 2017, p. 293).

A “animalidade” dos negros no âmbito jornalístico foi observada por Lima e Baccega (2004), que estudaram, no Brasil, a construção de uma África bestial pela imprensa, tomando como recorte um jogo entre Inglaterra e Camarões (em 1990, Copa do Mundo). Localizam o marco zero de nossa perspectiva do racional no branco europeu (a África presente entre os

lugares, segundo Hegel, que jamais ascenderiam à História e à consciência). Nas matérias – todas pautadas pela objetividade – sobre a campanha do time na copa, os jogadores eram os “leões”, “rugiam”, eram “indomáveis”. A “magia” e o “estilo moleque” do time contrastava com o futebol “burocrático”, “heroico” e “competitivo” da Inglaterra. Os aspectos técnicos, reflexivos, eram mais uma vez afastados daqueles de pele escura, enquanto sua alegria e não domesticidade eram sublinhados – termos, aliás, associados aos jogadores de futebol brasileiros, de maioria negra.

3. Alguns exemplos do racismo/sexismo epistêmico no jornalismo ocidental

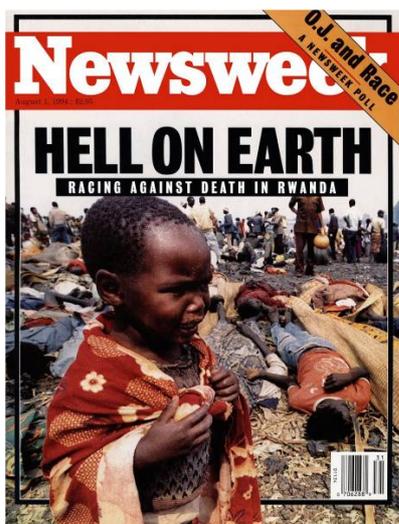
O artista chileno Alfredo Jaar, cujos trabalhos repousam não raramente no ambiente midiático, realizou dois importantes trabalhos (aqui, também estudos de caso) sobre a relação imprensa e negritude. No primeiro, integrante do Projeto Ruanda (1994), ele mostra, com desconcertante clareza, como elementos presentes nos objetivos valores-notícia funcionaram na cobertura do massacre entre hutus e tutsis (em 1994, um milhão de pessoas pereceu durante o conflito étnico). Durante 17 semanas, Jaar catalogou as capas da revista semanal norte-americana Newsweek: traziam celebridades, reportagens sobre drogas, tecnologia, mercado financeiro. Enquanto vai exibindo estas capas (FIG. 1, FIG. 2) em série, Jaar mostra, em um pequeno texto sob as mesmas, os números crescentes de pessoas mortas em um dos mais violentos episódios da história recente da humanidade. Onde estava a objetividade jornalística enquanto aquelas milhares de pessoas jaziam nas ruas? Porque aqueles corpos não escandalizaram, desde o começo do massacre, a opinião pública? Porque eram negros? Porque eram “anônimos”? Porque era África? A hierarquia de lugares e pessoas, critério noticioso objetivo, venceu a magnitude e o número de envolvidos porque quem morre – e onde morre – são questões mais valorizadas pelo jornalismo e sua objetividade excludente.



April 12, 1994: A plane carrying the presidents of Rwanda and Burundi is shot down above Kigali, the capital of Rwanda. Their deaths spark widespread massacres, targeting Hutu moderates and the minority Tutsi population, in Kigali and throughout Rwanda. The Rwandan Patriotic Front, which had been encamped along the northern border of Rwanda, starts a new offensive.

FIG. 1 – Capa sobre suicídio do cantor Kurt Cobain não traz referência a África.

FONTE: JAAR, A. Barbaric indifference – a conversation with artist Alfredo Jaar. [Entrevista cedida a] Laura Hubber. *The Iris*, Los Angeles, 20 dez. 2016. Disponível em: <http://blogs.getty.edu/iris/barbaric-indifference-a-conversation-with-artist-alfredo-jaar/>. Acesso em: 14 fev. 2019.



August 1, 1994: Newsweek magazine dedicates its first cover to Rwanda.

FIG 2 – Depois de quase um milhão de mortos, a revista noticia o conflito iniciado há 37 semanas.

FONTE: JAAR, A. Barbaric indifference – a conversation with artist Alfredo Jaar. [Entrevista cedida a] Laura Hubber. *The Iris*, Los Angeles, 20 dez. 2016. Disponível em: <http://blogs.getty.edu/iris/barbaric-indifference-a-conversation-with-artist-alfredo-jaar/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Jaar ainda trabalharia a relação entre imprensa e racismo na obra *Searching for Africa in Life* (1996), na qual exhibe 2.500 capas do icônico semanário norte-americano encerrado no ano 2000. Entre 1936 e 1996, apenas 5 destas capas foram dedicadas ao continente – e todas elas mostravam animais. No valor-notícia da *Life*, não havia espaço para arte, ciência, arquitetura, comportamento e temas que não tratassem sobre a vida selvagem na África. Era o “exótico” o que importava para ser noticiado. Tanto a reflexão sobre os valores-notícia tradicionais quanto a questão da exotificação da diferença são temas fundamentais para pensar na superação desse jornalismo redutor, como veremos adiante, ao propor uma valorização da subjetividade.

A visibilidade feminina no jornalismo vem há tempos sendo tema de questionamentos e análises no espectro acadêmico – mas é a partir de uma democratização da problemática feminista que, percebemos, a imprensa passa a se pensar e repensar como reprodutora de representações violentas. A pressão, principalmente no âmbito virtual, vem sendo grande, demonstrando que é igualmente prevalecente uma forma de invisibilização feminina, cisgênera e principalmente transgênera. No primeiro dia de setembro de 2017, o jornal pernambucano *Aqui PE* publicou em sua capa (FIG. 3) a imagem de uma mulher assassinada: na imagem, aqui editada, viam-se as nádegas da vítima, uma pessoa em situação de rua, além da calcinha (na chamada, “briga fatal”). A fotografia, que erotizava uma situação de feminicídio, foi criticada por diversos movimentos sociais e posteriormente denunciada a Justiça pelo Ministério Público de Pernambuco. Em outubro, o jornal publicou uma retratação em sua capa, admitindo o erro.



FIG 3 – Reprodução de capa do jornal *Aqui PE* com imagem editada

FONTE: *AQUI PE*. Recife, 01 set. 2017.

Todos os dias são centenas de exemplos que demonstram o quanto o jornalismo não vem sendo capaz de complexificar fenômenos sociais inspirados pelo machismo e pelo racismo, bem como pelo heterossexismo e o classismo. No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas desigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente. O poder simbólico (BOURDIEU, 2010) do jornalismo é uma das redes por onde se tecem os fios de sentidos que em última instância alimentam os altos índices de feminicídio e o genocídio das populações negras e indígenas no país.

Não é, claro, uma tarefa fácil reenquadrar uma ordem filosófica, econômica, política e cultural – em síntese, o tal sistema. Mas entendemos que, para tanto, o jornalismo não pode deixar de ser partícipe, como um campo de saber e de poder, dos debates sobre a descolonização do pensamento, que vêm sendo realizados há décadas e que receberam maior espaço nas discussões nos últimos anos. Como uma prática social, o jornalismo precisa ser pensado nas diferentes formas pelas quais se integra e se manifesta na realidade social. Não pode ser descontextualizado dos sistemas de poder e de saber que regem as políticas (econômicas, culturais) da sociedade, nem das racionalidades e condições epistêmicas mais amplas nas quais está interseccionado em suas formas prevalentes de conhecer e de produzir conhecimentos.

Nas tramas do que Foucault denomina de “economia política da verdade”, a normatividade se constitui a partir de um conjunto de regras criadas para distinguir o verdadeiro e o falso, produzindo hierarquias de poder e de prestígio que dão os contornos dos sujeitos, das práticas e dos comportamentos que socialmente importam. O topo desta hierarquia é o homem branco, ocidental, heterossexual, o sujeito universal da ciência e da razão moderna.

4. A subjetividade como ferramenta para uma virada epistêmica e política para a prática jornalística

Um dos pressupostos a ser amplamente criticado na produção do conhecimento, na epistemologia dominante, é a necessidade de se impor uma separação entre fatos e valores.

Tal separação nega a função política do conhecimento, ao idealizá-lo como passível de neutralidade, e estrutura uma racionalidade em que a razão teria qualidades transcendentais e universais, ou seja, fora da experiência corpórea. Além disso, parte de um pressuposto de sujeito universal, parâmetro de credibilidade (tanto social quanto científica e jornalística) que orienta os valores e as formas de classificação dos sujeitos, as práticas sociais e constitui hierarquias. A crítica feminista vem há algum tempo tensionando o cientificismo – muito especialmente as noções dominantes de objetividade, neutralidade e universalidade, a fim de colocar em questão, sobretudo, “os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido” (SARDENBERG, 2002, p. 93). Há, por essa vertente,

o questionamento da produção do conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal, e a busca de novos parâmetros da produção do conhecimento. Aponta, então, para a superação do conhecimento como um processo meramente racional: [...] incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão (RAGO, 1998, p. 10-11).

Acreditamos que um caminho para desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa é a adoção do que chamamos de jornalismo de subjetividade, denominação que carrega alguma provocação ao sublinhar justamente aquilo que sempre foi negado pela prática, apesar de estar em seu bojo, entranhada pela epistemologia regente. A partir da crítica feminista, entendemos que a subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a emoção, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais), atributo convencionalizado como feminino, ocupa as bases da hierarquia no jornalismo. Alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada “prehe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos que predominaram historicamente no campo.

Ao propor um jornalismo de subjetividade, incitamos uma subversão dos modos de objetivação jornalística, capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico na qual também se baseia. Nesta perspectiva, subjetivo e objetivo não se excluem, mas, antes de tudo, se complementam, apesar da maior legitimidade social conferida ao último. Desta

forma, é preciso dizer que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante.

Propomos um jornalismo que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade, rompendo com a noção de neutralidade e universalidade na qual se assenta epistemologicamente. Um jornalismo de subjetividade que se aproxime da noção de objetividade situada de Donna Haraway, que trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica os modos como “podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21). Ou seja, uma objetividade que integra a subjetividade, que sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver. Deste modo, Haraway sugere como afastarmo-nos das perspectivas da totalização e do pleno relativismo, considerados por ela como “truques de Deus”, por serem entendidos como perspectivas que igual e inteiramente prometem uma visão de toda a parte e de lugar nenhum, comuns na ciência (HARAWAY, 1995) e no jornalismo. Por essa perspectiva, “a objetividade não diz respeito a desengajamento, trata de assumir riscos num mundo no qual nós somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle final. Por último, não temos ideias claras e precisas” (HARAWAY, 1995, p. 41).

Assim, orientar pautas, abordagens e escrita com esses pressupostos não significa estar com os sentidos embotados pela emoção: ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no desenho de nossa realidade. Ou devemos ignorar, em nome de uma “isenção”, o meio no qual vivemos, somos assujeitados e do qual extraímos nossas temáticas? A subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da

vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo. Saviani (2004) aponta justamente para isso ao abordar a subjetividade em Marx: o filósofo alemão, em sua VI tese, afirma que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (MARX, 1977, *apud* SAVIANI, 2003, p. 10).

A prática subjetiva vai em busca de um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular, mas que se interessa também pelo banal; não pelo insólito, mas aquilo o que é evidente; não pelo exótico, mas pelo “endótico”, neologismo criado pelo ensaísta francês George Perec para dar conta do evidente que não se vê. Segue-se, assim, aquilo o que escritor classificou como infra-ordinário, um método de observação do mundo baseado naquilo o que não chama atenção, naquilo que jamais, em tese, poderia ser alvo do interesse de alguém.

O que nos fala, ao que me parece, é sempre o acontecimento, o insólito, o extraordinário: cinco colunas na primeira página, largas manchetes. Os trens só começam a existir quando descarrilam, e quanto maior é o número de viajantes mortos, mais eles existem; os aviões só ganham existência quando se perdem; os carros têm por único destino chocar-se contra os plátanos: cinquenta e dois finais de semana por ano, cinquenta e duas estatísticas: muitos mortos, e tanto melhor para a informação se os números não param de crescer! É preciso que haja por detrás do acontecimento um escândalo, uma fissura, um perigo, como se a vida só devesse se revelar através do espetacular, como se o eloquente, o significativo fosse sempre anormal: cataclismos naturais ou reviravoltas históricas, conflitos sociais, escândalos políticos [...] (PEREC, 2010, p.13).

Essa perspectiva é respaldada por Agier (2015), que, ao fazer uma análise dos enquadramentos antropológicos iniciais, aponta para um olhar imensamente exotificante e eurocêntrico por parte dos que iam a campo - geralmente escolhendo aquilo o que era distante, “estranho”, aquilo o que melhor podia se configurar como sendo o Outro. Esse enquadramento também transforma aquele que é visto em agente passivo, visto que é o meu olhar o que perscruta. Enquanto observo, não me uno, mantenho uma distância segura. Mas, quando abandonamos esse lugar (essencial também no cotidiano jornalístico, tão baseado na prática etnográfica) que não se fecha ao encontro, abro a possibilidade de meu olhar não ser o que domina, o entendido como não-contaminado, o isento, o “objetivo”, enfim.

O subjetivo é tão necessário quanto o objetivo para a existência do propagado “bom jornalismo”, e a recusa do primeiro trouxe não só prejuízos para a prática (e teoria), mas principalmente para aqueles e aquelas que eram por este jornalismo traduzidos. Ele possui

uma potência transformadora/reparadora que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos. Um deles é o questionamento de valores-notícia que continuam a ser ensinados nos cursos de jornalismo/comunicação e adotados nas rotinas profissionais. Criados para objetivar, organizar, esses valores são, segundo Wolf (2003), constituídos pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirir a existência pública de notícia. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional.

A hierarquia das pessoas e os lugares implicados, citados no momento em que observamos as revistas trabalhadas por Alfredo Jaar, por exemplo, são dois pontos que se repetem entre vários autores (e, fortemente, nas redações). Essa regularidade de critérios, inclusive, é uma das bases para os processos de automação da notícia, quando, por meio da Inteligência Artificial (IA), robôs-jornalistas têm conseguido desenvolver o *lead*, informando satisfatoriamente o público interessado em uma leitura tradicional e rápida sobre um determinado assunto. O desafio da IA, atualmente, é fazer com que os robôs avancem na progressão textual estruturando notícias com título, *lead* e complemento do texto (GOUVEIA; MORAES, 2018). A questão geográfica (tanto relativa à proximidade do acontecimento de seus potenciais leitores quanto a um destaque dos países mais ricos sobre os mais pobres) e principalmente a notoriedade (e/ou riqueza) dos envolvidos se repetem como critérios poderosos de noticiabilidade entre vários autores e autoras. Martini (2000) elenca a magnitude pela quantidade de pessoas ou lugares implicados e a alta posição dos personagens; Wolf (2001) também cita o grau e nível hierárquico dos envolvidos como fatores determinantes; Galtung e Ruge (1965, *apud* OLIVEIRA, 2008) entendem que, quanto mais o acontecimento disser respeito a pessoas e países de elites, mais provavelmente se transformará em notícia. Em sua análise sobre valores-notícia e valores-convergentes, modelo entendido pelo autor como importante para selecionar e inserir temas sociais na mídia, Oliveira (2008) sublinha que, já no século XVII, Peucer observava que o poder e a notoriedade (“o nascimento e a morte de príncipes”) eram critérios fundamentais para que algo fosse ou não levado aos ouvidos do público.

Figuras proeminentes – reis, presidentes, representantes de países, artistas, etc – possuem alto valor de noticiabilidade, seja pelo fato de estarem à frente de importantes

decisões que dizem respeito a uma grande quantidade de pessoas ou pelo nível de popularidade, de celebridade. Mas importa também colocar que não é apenas de lugares e rostos de renome que se ocupa o jornalismo: a pobreza, por exemplo, é um assunto rotineiro na imprensa. O ponto central é como essa pobreza é enquadrada. Há ainda outro ponto que um jornalismo de subjetividade cutuca: se os critérios técnicos noticiosos mais comuns entre os autores e autoras são a magnitude e o número de pessoas envolvidas, o que aconteceu com a imprensa norte-americana (que nos serviu historicamente de modelo) quando só resolveu noticiar robustamente o massacre de povos africanos (hutus e tutsis) nos anos 90 após mais de 100 dias de conflito e quase um milhão de mortos?

Observando a racionalidade dominante nos modos de objetivação jornalística, que em nosso entendimento é também crivada de valores e ideologias sociais dominantes, percebe-se que os valores-notícia também se constituem a partir dos pressupostos de uma epistemologia que igualmente é racista, sexista e classista, além de positivista. Ou seja, entendemos que os valores-notícia também são permeados de valores sociais hegemônicos, acionados inconscientemente nos processos de leitura da realidade como parte da bagagem cultural de conhecimentos dos jornalistas e da intrínseca relação com a cultura da qual são parte (VEIGA DA SILVA, 2014). É aqui que o jornalismo de subjetividade nos é útil como ferramenta, ao empregar uma abordagem não espetacularizada sobre grupos historicamente considerados Outros da racionalidade e normatividade vigentes; ao procurar trazê-los sem enquadrá-los como exóticos, engraçados, vítimas ou violentos; ao não tomar repórteres como heróis e/ou heroínas, salvadores, enquanto o Outro é figurante.

A percepção do quanto os valores-notícia são permeados por valores sociais hegemônicos, com base na partilha de uma racionalidade dominante e excludente na construção simbólica do Outro, nos ajuda a compreender as tramas complexas das produções simbólicas criadoras de representações mais afeitas aos esterótipos e preconceitos em relação a parcelas historicamente excluídas. A negativa da subjetividade, espaço onde residem as visões de mundo, os valores, as ideologias inerentes aos sujeitos e interagentes nos processos cognitivos de interpretação do real, contribui para o apagamento dessas zonas ativas nas criações simbólicas desempenhadas na prática profissional. Ao opacificar processos subjetivos, a deontologia dominante facilita a reprodução irrefletida de ideologias como o machismo e o racismo, por exemplo. Deste modo, acaba por contribuir com a manutenção de violências de vários níveis. Entendemos que o jornalismo de subjetividade, que preza pela

semelhança e não pela diferença (o Eu, “normal”, o Outro, “espetacular”), pode ser um caminho importante para fissurar essa prática estabilizada, na qual há uma incompreensão implícita dos modos de existência não hegemônicos. Uma prática que preveja a subjetividade proporciona também a abertura para as complexidades que se impõem no campo e na rua durante a investigação.

Há um outro elemento importante na sustentação de um jornalismo de subjetividade: o entendimento de que a “contaminação” da emoção é um ganho, e não algo a ser negado na construção das reportagens. É necessário entender que o uso dessa emoção pelo jornalismo não é novo: desde o início de sua história, a imprensa se utilizou da lágrima, do riso e da comoção para relacionar-se mais intimamente com o público. A instrumentalização da emotividade, para nós, no entanto, é uma estratégia tão objetiva quanto a pirâmide invertida ou valor-notícia. Entendemos que o uso da emoção, nesse jornalismo que preza também o subjetivo, se dá primeiramente pelo não apagamento da jornalista/do jornalista na produção que ela/ele realiza (entendendo que o lugar do jornalista não é o do protagonismo, não é o do heroísmo). A procura pela tradução desse encontro do Eu-Outro na composição dos textos potencializa justamente a desconstrução de um olhar de autoridade sobre a vida alheia, principalmente aquelas experienciadas por pessoas/comunidades vulnerabilizadas. Entretanto, para que se conceba a tradução de um Outro por um Eu é preciso que se reconheça, fundamentalmente, a existência de um Eu – não universal, mas situado, limitado, nos termos de Donna Haraway.

5. Algumas considerações

Ao discorrer brevemente sobre as operações epistemológicas decorrentes das relações de poder e de saber que forjam a racionalidade moderna e o jornalismo, procuramos evidenciar o quanto a noção de objetividade prevalente é igualmente marcada pelas ideologias dominantes – muito especialmente o racismo e o machismo. Entendemos que o apagamento do sujeito e da subjetividade dos métodos e técnicas de apreensão do real vem historicamente contribuindo para a reprodução irrefletida dos valores hegemônicos nas produções simbólicas do jornalismo. O ideário da neutralidade, ainda prevalente na imprensa, também vem limitando a condição de agência e de reflexividade dos jornalistas acerca de suas práticas. Isso se dá pelo fato de tais práticas serem observadas a partir do uso “correto” de uma deontologia cujos pressupostos prescindem dos sujeitos e das subjetividades nas

atividades desempenhadas. Ao propor um jornalismo de subjetividade, sugere-se uma subversão dos modos de objetivação jornalística; uma ruptura epistemológica com as redes de poder e de saber que norteiam as condições sociais de pensamento e as práticas jornalísticas que historicamente retiram a condição de humanidade dos sujeitos construídos como Outros do sujeito universal.

Sugerimos que a subjetividade alavancada ao patamar de relevância na prática jornalística pode contribuir com a valoração e melhor compreensão dos elementos subjetivos potentes para uma melhor leitura da realidade e encontro com as alteridades. O reconhecimento de que as posições de sujeito do jornalista (bem como as bagagens culturais e valores dominantes) constituem suas lentes de leitura da realidade, contribui para uma melhor compreensão de como as tramas simbólicas se tecem, sendo o jornalista central nos processos cognitivos. O corpo, os sentidos e as emoções são instrumentos partícipes das práticas, e, quando percebidos em suas dimensões culturais e cognitivas, podem tornar-se potentes para melhores ações. A compreensão de um Eu que constrói o Outro em relação é um ganho gigantesco para as problemáticas relações de alteridade do jornalismo hegemônico.

Pensamos, enfim, em uma perspectiva que adote fenômenos rechaçados historicamente pelo jornalismo e que possa ajudar a superar representações que já não dão conta de uma sociedade que reclama para si novas visibilidades e dizibilidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2018). Algo que pode trazer novas luzes para a tão falada crise do jornalismo: muito mais do que uma fratura no modelo de negócio, ela é primeiro uma fratura nas formas de representação calcadas pelo mesmo e historicamente atrelada ao processo colonizador da epistemologia moderno-positivista-masculinista-racista da qual é parte.

Referências

- AGIER, M. **Encontros Etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- ANDRADE, É. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 58, n. 137, p. 291-309, Aug. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2017000200291&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- BUCK-MORSS, S. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: N-1, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Que emoção? Que emoção!** Lisboa: KKYM, 2015.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências**: Introdução à filosofia e à ética das ciências São Paulo: UNESP, 1995.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. . Porto Alegre, Tchê, 1987. 230 p.1987. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- GOUVEIA, D.; MORAES, F. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. In: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas metodológicas. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2018. pp. 99-114.
- GROSGOUEL, R. Descolonizando los paradigmas de la economía política: transmodernidade, pensamiento fronterizo y colonialidad global. In: GARCIA, Regina Leite (Org.) **Diálogos Cotidianos**. Petrópolis, RJ: DP et. Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010. pp. 17-40.
- GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016
- HALL, S. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural – Revista cultural do programa avançado de cultura contemporânea UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. .5, p 7-41, 1995.
- KILOMBA, G. **O Projeto Desejo**: enquanto falo; enquanto escrevo; enquanto caminho. 2016. Videoinstalação. 3 vídeos (10 min). Exposta na 32ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo.
- LIMA, S. M. C.; BACCEGA, M. A. Manipulação e construção da identidade da África negra na imprensa brasileira. In: CARRANCA, F; BORGES, R. (orgs.) **Espelho Infiel: O negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 75-83.
- LOURO, G L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARTINI, S. **Periodismo, notícia e noticiabilidade**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.
- MACEDO, M dos S. Feminismos e pós-modernidade: como discutir essa relação? In: BONETTI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima (Orgs). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- MEDINA, C. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996.
- MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.
- MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: **Conferência feita nos Cursos da Arrábida**, Universidade de Verão, set. 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.

MISKOLCI, R. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MORAES, F. **O nascimento de Joicy: jornalismo, transexualidade e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

OLIVEIRA, D. G. **Jornalismo para além do valor-notícia: o valor-convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREC, G. **Lo Infraordinário**. Buenos Aires: Eterna Cadência Editora, 2010.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre póscolonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino e plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: Acesso em: 16 fev. 2019.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade/intersubjetividade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 1., 2003, Passo Fundo. **Anais [...]** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/76_SAVIANI_De_rmeval_-_Perspectiva_marxiana_do_problema_da_subjetividade-intersubjetividade.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara, SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: UFBA, 2002.

SHANNON, C; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1962.

SILVINO, A. M. D. Epistemologia positivista: qual sua influência hoje? **Revista Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, n. 27, v. 2, p. 276-289, 2007.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.